



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASPECTOS JURÍDICO-TÉCNICO- ECONÔMICOS DO AGRONEGÓCIO

Coordenadores: Professores Viviane Kunisawa e Rinaldo Zangirolami

OBJETIVO

Diante da importância do agronegócio para a economia brasileira, torna-se necessário compreender, mais profundamente, os aspectos jurídico, técnico e econômicos desse setor. Tal curso fornecerá, de maneira sistematizada, os conteúdos próprios do setor com foco nas seguintes áreas: direito agrário, propriedade intelectual na cadeia do agro, temas fitossanitários e trabalhistas, direito ambiental e florestal, tributário e financeiro, comércio internacional e contratos.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais interessados no desenvolvimento ou aprofundamento de conhecimentos na cadeia do agronegócio.

METODOLOGIA

O conhecimento será transmitido por meio de aulas e ciclo de palestras; sendo incentivados os debates.

As aulas constarão de parte expositivo-práticas e de estudos de caso, prelecionadas por professores, fisicamente presentes no CEDES. Aulas ministradas “on-line” serão excepcionais. Por seu turno, a presença física dos alunos é obrigatória. Entretanto, exceções, devidamente fundamentadas, serão examinadas.

Em complemento às aulas regulares, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- I. A cada bimestre será promovido um debate entre os participantes do curso e convidados do CEDES. Entre os convidados estarão profissionais com experiência em empresas



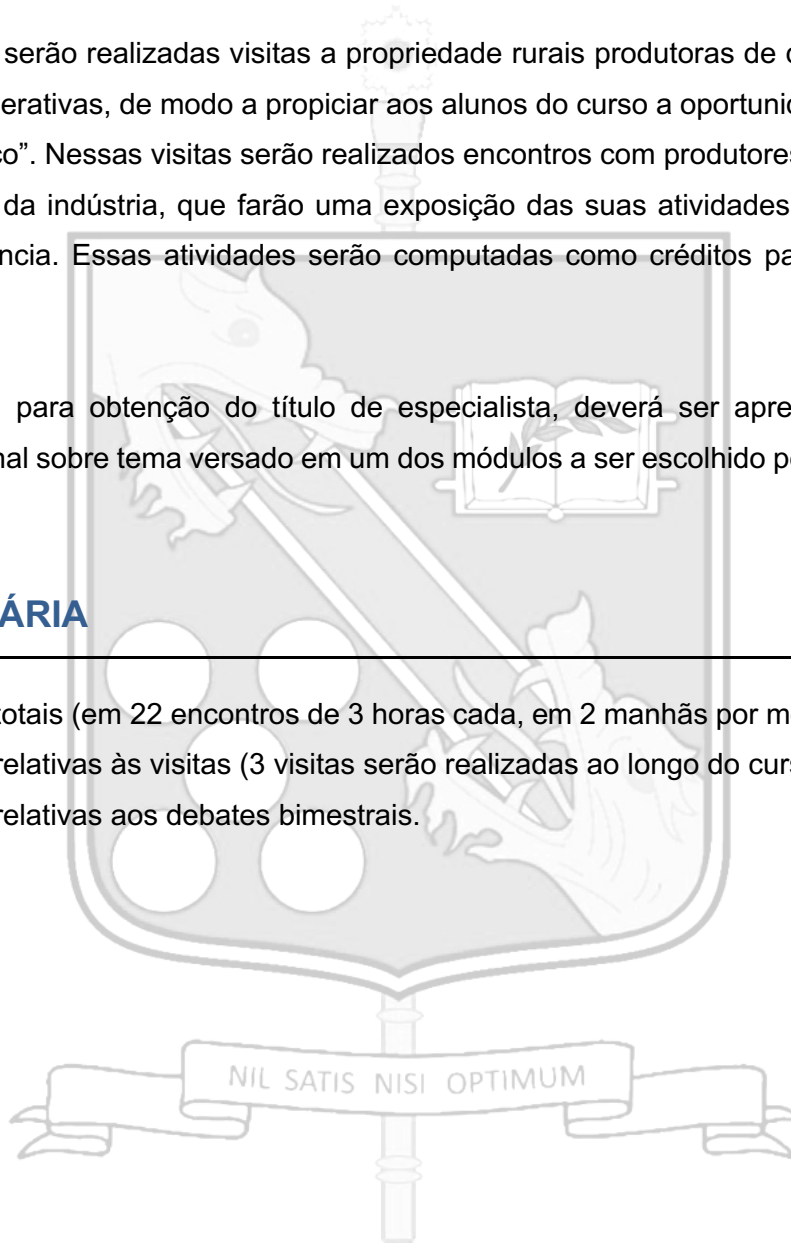
ligadas à cadeia do agronegócio, advogados, representantes do poder público e associações. Os palestrantes convidados farão uma breve exposição, que será seguida de discussões com a participação de todos, promovendo assim a troca de experiências e conhecimento.

Ao longo do curso serão realizadas visitas a propriedade rurais produtoras de diversas culturas, a indústrias e a cooperativas, de modo a propiciar aos alunos do curso a oportunidade de vivenciar o agronegócio "in loco". Nessas visitas serão realizados encontros com produtores rurais, executivos de cooperativas e da indústria, que farão uma exposição das suas atividades, detalhando a sua vivência e experiência. Essas atividades serão computadas como créditos para a conclusão do curso.

Ao final do curso, para obtenção do título de especialista, deverá ser apresentado um artigo científico-profissional sobre tema versado em um dos módulos a ser escolhido pelo aluno, com aval de seu orientador.

CARGA HORÁRIA

- I. 66 horas totais (em 22 encontros de 3 horas cada, em 2 manhãs por mês);
- II. 24 horas relativas às visitas (3 visitas serão realizadas ao longo do curso);
- III. 12 horas relativas aos debates bimestrais.





PROGRAMA

Aula Inaugural ministrada por personalidade representativa do setor, seguida de debates.

1 sessão (3 horas)

Módulo 1 – Introdução: caracterização e visão geral do agronegócio brasileiro e sua inserção no contexto internacional

- Conceitos e definições de agronegócio, cadeias e sistemas agroindustriais;
 - Políticas agrícolas e mercados;
 - Cenário global, competitividade, sustentabilidade e impacto no Brasil.
-

1 sessão (3 horas)

Módulo 2 – Direito Agrário

- Contratos agrários, típicos e atípicos, incluindo arrendamento rural, parceria, integração, fornecimento, venda de safra futura e “spot”;
 - Políticas agrárias: imóvel rural, reforma agrária, restrições de aquisição e arrendamento rural para estrangeiros, relações de trabalho e emprego no campo e nas agroindústrias.
-

4 sessões (12 horas)

NIL SATIS NISI OPTIMUM



Módulo 3 – Direito Tributário e Financeiro

- Principais aspectos tributários na produção, comercialização, serviços logísticos, importação e exportação;
 - Títulos de crédito e garantias no agronegócio;
 - Lei falimentar e seus impactos na cadeia do agro;
 - Operações estruturadas e financiamento no mercado tradicional;
 - Seguro agrícola: desafios e oportunidades.
-

4 sessões (12 horas)

Módulo 4 – Direito ambiental aplicado ao agronegócio

- Direito ambiental constitucional;
 - Código florestal, reserva ambiental, CAR;
 - Marco temporal das terras indígenas
 - Acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
 - Operações estruturadas e financiamento verde e créditos de carbono;
-

4 sessões (12 horas)

Módulo 5 – Propriedade intelectual e Inovação

- Agricultura 4.0;
 - Patentes;
 - Proteção de Cultivares;
 - Segredo de negócio e marcas;
 - Licenciamento de tecnologias;
 - LGPD.
-

4 sessões (12 horas)



Módulo 6 – Direito Regulatório e Questões Fitossanitárias

- Defesa fitossanitária: defensivos agrícolas e sementes;
- Organismos geneticamente modificados e o papel da CTNBio;
- Defesa animal;
- O papel dos bioinsumos;
- Alimentos – ANVISA, MAPA

4 sessões (12 horas)

COORDENADORES

Viviane Kunisawa é advogada, sócia do escritório Daniel Advogados, onde lidera a área de Direito Regulatório em “Life Sciences”, incluindo o Agronegócio e temas de acesso a recursos genéticos, além de iniciativas de “advocacy” em temas de propriedade intelectual. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com LL.M. em Direito da Propriedade Intelectual pelo Munich Intellectual Property Law Center – MIPLC. Doutora em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universität, em Munique, tendo desenvolvido sua pesquisa sobre a implementação do Acordo TRIPs no Brasil para a indústria farmacêutica como bolsista do Instituto Max Planck para Inovação e Concorrência. Foi também pesquisadora convidada no Institute of Intellectual Property (Chizaiken) em Tóquio.

Rinaldo Zangirolami é advogado, sócio fundador do escritório Cazetta, Zangirolami, Quintas Advogados, atuando nas áreas ligadas ao agronegócio e ambiental, entre outras. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, Mestre em Direito pelo CEDES (tendo desenvolvido pesquisas sobre Desenvolvimento Sustentável e o Código Florestal). Pós-Graduado em Direito Empresarial pela PUC-SP.

Atuou, por 30 anos, em grandes empresas; sendo mais de 25 como Diretor e Vice-Presidente Jurídico, Corporate Affairs e Compliance. Foi Diretor Jurídico e de Relações Externas (Comunicação e Relação com Governo e Indústria) da Souza Cruz. Diretor Jurídico para a



América Latina e Brasil da Syngenta e Diretor Jurídico e de Relações com Governo da Microsoft e da Duke Energy.

Participou de vários Conselhos de Administração em diferentes associações, por mais de 10 anos: ABES (Associação Brasileira das Empresas de *Software*), o ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) e o CEDES (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social).

